

O Plano Real e o déficit comercial

CIRO GOMES *

É unânime entre todos quantos conhecem algo de economia que a razão estrutural do crônico processo de superinflação no Brasil é o desarranjo das contas públicas e a prática de sucessivos déficits fiscais sem modos não inflacionários de financiá-los. Em déficit permanente, o setor público se endivida a curtíssimo prazo e o pesado ônus financeiro desta dívida retroage para agravar o mesmo déficit além de gerar estagnação econômica porque a atividade produtiva não consegue concorrer com o setor público na captação de recursos financeiros por causa dos juros exorbitantes que este acaba tendo que pagar para fechar suas contas. Resta como mecanismo de financiamento informal a transferência para as massas assalariadas do pesado ônus inflacionário, pois a indexação, como já comentei neste espaço, protege aqueles que detêm poupança financeira. Esta é uma velha equação brasileira.

Para resolver em bases estruturais o problema inflacionário, portanto, é absolutamente necessário que se remontem as bases fiscais do Estado brasileiro, vale dizer, é imperativo que se construa uma solução para as contas públicas de maneira a produzir mais do que um equilíbrio, um superávit nas contas do Estado. Há que se uma solução para o problema dos fluxos correntes (receita x despesa), mas, também, dado o impacto do serviço da dívida sobre as despesas (R\$15 bilhões só este ano de juros para os bancos que detêm a dívida interna brasileira) há que se encaminhar uma solução para o estoque de passivos estrangulados (dívida mobiliária, FGTS, FCVS etc.).

A obra exigida é gigantesca e exige uma ambiência política particularmente complexa não só porque se trata muitas vezes de alterar a letra da Constituição que demanda três quintos dos parlamentares a favor, mas porque fundamentalmente se trata de construir um novo paradigma para o conflito distributivo a partir do quinhão da riqueza privada que se deve transferir ao Estado, indo até a celebração de uma nova relação entre este e a economia, pois outro caminho jurídico não há para a eliminação ou redução a um nível razoável dos enormes passivos sem a desmobilização de parcela considerável dos ativos estatais, leia-se, privatização.

Tais reformas só teriam êxito se promovidas por um governo dotado de especial força popular e legitimidade. Com superinflação nenhum governo é respeitado como nos ensinou a história de instabilidade que nosso país vivenciou por longos anos. Estabilizar a moeda, portanto,

além de ser uma exigência em si mesma para a maioria do povo brasileiro, era e é condição *sine qua non* para que se criassem as condições políticas para se processarem as reformas estruturais que o país demanda inadiavelmente.

Este o contexto lógico em que se tomou a decisão de implantação do plano real que está inteirando um ano com evidente êxito. Este êxito claro, entretanto, não deve jamais querer dizer que todos os problemas brasileiros estejam resolvidos, nem mesmo que as conquistas até aqui sejam sustentáveis em bases definitivas, senão que as condições de manejar as reformas foram dadas pelo conforto que a inflação drasticamente reduzida provoca nas maiorias populares.

Na verdade o real trouxe consigo e por seus próprios fundamentos um novo problema: o déficit na balança comercial. Este é certamente um problema menor frente ao estrago da superinflação, mas é um problema delicado embora tenha equação para sua solução.

Em todos os países que buscaram a estabilização através da ancoragem de seus padrões monetários no câmbio vinculado com o dólar a questão do déficit comercial surgiu. Compreender isto não é tão difícil, mesmo a nós outros que não somos economistas.

Vencida a fase da URV que foi uma solução tecnicamente brilhante para alinhar os preços relativos da economia, inclusive os salários pondo a galopar todos por um período com um mesmo e superindexador, veio a fase da troca da moeda, momento crítico em que os preços tinham que parar abruptamente de subir e o recurso artificial do congelamento utilizado em outras ocasiões já não podia ser utilizado porque se sabia que não funcionava e já não tinha nenhuma credibilidade. Aí entra a lógica da chamada "âncora cambial". Ao referenciar a nova moeda com o dólar e garantir a possibilidade de sua troca pela moeda norte-americana a uma taxa de um por um, garante-se a confiança dos agentes econômicos no novo padrão monetário. Naquele instante o Brasil detinha as maiores reservas em dólar de sua história, US\$ 43 bilhões e o fluxo cambial que era negativo desde 1982, já em 1994 virou positivo com a entrada no Brasil de mais dólares que saíam.

Como estratégia de forçar a parada da alta dos preços internos, o plano real trazia ainda uma valorização do novo real frente ao dólar (reservas altas mais fluxos cambiais positivos versus emissão restritiva da moeda brasileira) e o jogo da nova moeda começou em seu primeiro dia assim: a medida provisória — reeditada até

hoje com o mesmo texto neste item — garante a paridade um real para um dólar, mas o Banco Central atuaria no mercado de câmbio escorado nas reservas para valorizar o real frente ao dólar. Com isto os preços internacionais, especialmente de produtos industriais, estariam relativamente barateados (na proporção da valorização do real frente ao dólar) e significariam um pesado argumento dissuasório para tentativas especulativas de aumentos dos preços internos de nossa economia. Em outras palavras, os preços brasileiros fortemente oligopolizados pelo tradicional fechamento de nossa economia seriam contestados pela iminência da concorrência internacional incrementada com a valorização do real frente ao dólar. Esta a razão objetiva para o "milagre" da súbita parada nos abusos altistas de nossos preços.

É bom lembrar que nesta fase o plano real tinha o objetivo específico claro de estabilizar os preços e, como eu sempre disse, o real não é nem pretendia ser um plano de desenvolvimento nem especificamente é uma proposta de política industrial e de comércio exterior, embora se saiba da repercussão do padrão monetário e da política cambial na questão das importações e exportações do país e seu impacto na questão industrial. Mas com a moeda estável e as reformas sendo encaminhadas tem-se tempo para construir todas as políticas estruturais e de longo prazo de que o Brasil carece em todas as áreas.

Com a queda dramática da inflação seu efeito extorsivo deixou de transferir renda dos assalariados para os bancos e para o governo, a renda relativa da população aumentou, e o reflexo disto na explosão do consumo logo se fez sentir. Rapidamente o consumo cresceu mais de trinta por cento em todas as áreas, tanto pela melhora dos salários reais como pela sensação de segurança que incrementou fortemente as compras a crédito. E aquele cenário do plano cruzado já se desenhava com todos os seus efeitos destruidores: filas, ágio, desabastecimento, pressão generalizada de aumentos de preços, e os índices de inflação próximos de zero dos primeiros momentos já voltavam inquietantes.

A estratégia imperativa deste momento — única possível se o consumo não cedia em sua tendência crescente, apesar dos apelos à poupança e ao adiamento das compras feitos por todos os ministros — era de se promover um choque de oferta trazendo de fora os produtos que a produção nacional já não conseguia oferecer, apesar de estar trabalhando animadíssima a plena carga e de ter contratado muitos novos empregados. Dai a decisão já

originalmente planejada para esta contingência e que por não ter sido tomada destruiu no passado recente o Plano Cruzado, de se antecipar a vigência da tarifa externa comum do Mercosul que já estava pactuada para entrar em vigor no mês de janeiro, criando a condição objetiva para que aquilo que se imaginara na formulação do Plano Real efetivamente acontecesse: apesar da explosão de consumo não se perdeu o combate à inflação, basicamente pelo fato de que se aumentou a oferta via importações e se contestaram os preços oligopolizados do mercado interno. Isto é fortemente perceptível se nós observarmos a evolução daqueles preços que não têm concorrência internacional como os serviços e alugueis, por exemplo, que cresceram abusiva e impunemente durante a vigência do real.

Por isto, nós acabamos assistindo à forte elevação de nossas importações. Não se esperava déficit, evidentemente, pois o ponto de partida foi — época em que a decisão foi tomada — um cavalor superávit de US\$ 13 bilhões, o terceiro maior do mundo! Mas a opção de concentrar os objetivos no combate à inflação só poderiam ser alcançados se estas providências tivessem sido tomadas. Não havia nenhuma outra alternativa.

Do fim do ano passado para cá muitas coisas mudaram. A crise do México, que comentei aqui, espantou os capitais estrangeiros dos mercados emergentes, a indefinição acerca da política cambial agravada com o desastrado anúncio das "bandas cambiais" ajudaram a erodir nossas reservas, embora a permanência de fato da valorização do real frente ao dólar tenha continuado a servir como uma espécie de subsídio ao consumo de importados e, lembrar sempre, única razão objetiva para a estabilidade dos preços e pelo não retorno da inflação.

O claro esfriamento da economia com a contenção do consumo e do crédito, uma tímida volta dos capitais financeiros aos países emergentes, a desvalorização do real já anunciada nas novas "bandas", mais um conjunto de outras providências na área de política industrial que poderiam ser tomadas organicamente, certamente nos permitem visualizar que há uma solução factível para o problema do déficit comercial. Permanece entretanto a preocupação com o fato de que qualquer artificialismo ou pressão na área do câmbio significará um risco grave de recrudescimento inflacionário, pelo menos até que se tenha a solução para o déficit fiscal, este sim gravíssimo.